

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA VILA DE SANTO AMARO, MUNICÍPIO
DE GENERAL CÂMARA, RS: RESGATE DA MEMÓRIA E INSERÇÃO DO
TEMA NO CURRÍCULO ESCOLAR.

HERITAGE EDUCATION IN VILA DE SANTO AMARO,
MUNICIPAL DISTRIC OF GENERAL CÂMARA, RS: MEMORY RESCUE
AND INSERTION OF THEME IN SCHOOL CURRICULUM.

Cristiéle Santos de Souza*

André Luís Ramos Soares**

RESUMO

Este artigo busca discutir o papel da Educação Patrimonial para a conservação e democratização da memória e do patrimônio, bem como a importância da inclusão desses temas no currículo escolar. São discutidas, em um primeiro momento, algumas questões teóricas que permeiam este estudo como: a construção social da memória e o papel da Educação Patrimonial como agente no processo de desenvolvimento e autogestão de grupos ou comunidades. Em um segundo momento, são relatadas as atividades desenvolvidas no distrito como: entrevistas com os moradores e oficinas de reconhecimento e valorização dos patrimônios com os professores da rede pública de ensino.

PALAVRAS CHAVE: Educação Patrimonial, Memória, Autogestão

ABSTRACT

The present article is aimed to explain the proposed extension project which was taught during the supervised teacher training discipline of high school II, of the course of

* Acadêmica do curso de História da UFSM e estagiária do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória (autora) Professor do Departamento de História da UFSM e coordenador do Núcleo de Estudos do Patrimônios e Memória.(orientador)

** Professor do Departamento de História da UFSM e coordenador do Núcleo de Estudos do Patrimônios e Memória.(orientador) e coordenador do projeto “ Educação Patrimonial na Vila de Santo Amaro, município de General Câmara,RS.”

History. This project tried to make feasible the discussion of issues regarding to cultural heritage on History teaching, and the extension of the course had as main objective the integration between university and school, offering subsidies for knowledge building and appreciation and preservation of cultural, archaeological, historical and environmental heritage of the city of Rio Grande. When we referred to the training of “future teachers”, we had in mind the target public of this project, who were the students of the course of teacher training of the State school Juvenal Miller “Instituto Estadual de Educação Juvenal Miller”. The method used to develop this Project consisted in feasible pedagogical practices in the school environment, such as: group dynamics, workshops of drawing, games, elaboration of texts and monitored visits to important places of Rio Grande. The monitored visits become essential in the study of cultural heritage, because in this educative process we are able to develop the sensibility and awareness of students to the importance of preserving these cultural properties.

KEYWORDS: Cultural heritage, Appreciation and Preservation.

Os estudos acerca do método de Educação Patrimonial como um agente no processo de desenvolvimento e autogestão de grupos ou comunidades, têm evidenciado que a valorização e o reconhecimento dos patrimônios sejam eles, materiais ou imateriais torna-se o elemento propulsor não apenas do desenvolvimento regional como também, para o estreitamento das relações de classe. Dessa forma, as culturas marginalizadas no processo de formação de uma memória oficial ganham visibilidade e passam a fazer parte do processo de construção da cidadania.

Sendo assim, a Educação Patrimonial busca promover a partir do reconhecimento dos patrimônios e identidades locais, a capacidade dessa comunidade de se autogerir e desenvolver.

Neste trabalho, pretendo relatar as ações de Educação Patrimonial e resgate da memória desenvolvidas na Vila de Santo Amaro, município de General Câmara, bem como diferentes metodologias utilizadas.

Para tanto é preciso esclarecer algumas questões teóricas que permeiam esse estudo e facilitam a compreensão dos diferentes fatores que geram a exclusão sociocultural.

A MEMÓRIA OFICIAL E O APROFUNDAMENTO DAS FRONTEIRAS SOCIOCULTURAIS

Toda sociedade, ao longo de sua história, cria para si um conjunto de idéias, hábitos, valores, saberes, crenças e símbolos, por meio dos quais constrói sua identidade. Essa identidade se faz pouco a pouco, com base na experiência vivida e rememorada. Nesse sentido, a memória, enquanto processo de construção social, desempenha um papel fundamental não apenas para a formação da identidade do grupo, como para a integração social do indivíduo, uma vez que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo que busca de coesão.

Entretanto, não podemos entender a memória, seja em sua dimensão coletiva ou individual, como um conjunto homogêneo e coerente de representação do passado, uma vez que a memorização não é independente de processos emocionais. A memória está sujeita a diversos fatores que a torna passível de sofrer influências com as particularidades, concepções e interpretações de quem a guarda.

As lembranças são, muitas vezes, repletas de uma carga emocional que as acompanha, em cuja origem também está implicada a cultura. Dessa forma, toda a memória pode ser compreendida como coletiva, mesmo que o ato de recordar seja individual, já que, na base da formação da memória encontra-se a negociação entre as lembranças do sujeito e as lembranças e valores culturais do grupo a qual pertence.

Segundo Halbwachs:

[Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 61 a 70, jan./jun. 2009](#)

Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que essa reconstrução se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele, e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e construída. (HALBWACHS 1990: p.34)

Ao considerarmos a memória como uma construção social repleta de valores do presente, reconhecemos também que ao utilizá-la como fonte de pesquisa estamos trabalhando com necessidades, tabus, crenças e preconceitos atuais. Dessa forma, resgatar a memória de uma comunidade significa conhecê-la mais profundamente.

Se por um lado, a memória de uma comunidade reflete seus anseios, por outro a manipulação dessa memória pode refletir apenas os interesses do poder. Esse é o caso da chamada “Memória Oficial”, ou seja, aquela que surge como um elemento de coesão e afirmação de uma sociedade.

Contudo, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, a memória oficial, fundamenta e reforça sentimentos de pertencimento e fronteiras socioculturais, criando um abismo entre os representantes de uma memória oficial e aqueles que tiveram sua memória marginalizada. Isso se dá em virtude da impossibilidade de se forjar uma memória, mesmo que baseada em heranças e acontecimentos reais, que consiga englobar de maneira satisfatória todos os indivíduos integrantes de um grupo social em busca de identidade.

Todavia, é preciso compreender que a memória coletiva, seja ela oficial ou marginalizada, não é imposta por meios coercivos. Isso, porém, não elimina seu caráter dominador. Ela é, no entanto, dada em virtude de uma adesão afetiva, ou seja, vínculos de pertencimento e reconhecimento.

O ato de dominação presente na construção de uma memória oficial está no fato de que aqueles que têm sua memória marginalizada passam a entendê-la como algo individual e não representativo, ou seja, não pertencente à visão de identidade que foi estabelecida e que será transmitida para as próximas gerações. Silenciam assim, sobre sua própria História.

No entanto,

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK,1989:p.5)

As formas de resistência a essa dominação são as mais diversas. Vão desde a criação de guetos culturais à conservação de costumes no cotidiano, como o artesanato e as histórias de família. O curioso é ser de senso comum, ouvir os termos “tradição”, “tradicional” denotando conservadorismo, porém a tradição pode também ser uma arma de luta contra a imposição de uma cultura.

Pollak (1989: p.8-10) entende que a construção de uma memória oficial é obtida através de um processo que se utiliza do enquadramento da memória de uma determinada sociedade, onde o passado é constantemente reinterpretado em função dos combates do presente e do futuro. Nesse sentido, o enquadramento funciona como um jogo, em que a construção da imagem de um grupo depende da reconstrução de sua memória de acordo com os interesses do presente. Dessa forma, a memória coletiva é antes um reconstruir do que um reviver.

As questões teóricas e metodológicas que envolvem o estudo da memória e da história oral giram em torno da subjetividade a qual todo ser humano está sujeito. A memória não se constitui apenas de acontecimentos, mas também de personagens, lugares, anseios, tabus, etc. Nesse sentido a história oral não pode ser vista apenas como fonte histórica capaz de reconstruir um fato e sim como um instrumento capaz de resgatar a essência do passado vivido e desencadear um processo de mudança no presente.

A carga ideológica e emocional que envolve a memória é responsável por dar sentido ao reconhecimento e a conservação de bens tangíveis e intangíveis do passado, atribuindo-lhes uma parte na construção da identidade coletiva no presente. Dessa forma, o resgate da memória deve ser o ponto de partida das ações educativas que visam o reconhecimento e a apropriação do patrimônio por parte da sociedade.

O CASO DA VILA DE SANTO AMARO

Originalmente povoada por imigrantes açorianos a vila de Santo Amaro possui um representativo conjunto de bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, todos eles relacionados a cultura açoriana. Ao longo de sua história a Vila de Santo Amaro integrou à cultura açoriana aspectos da cultura regional, em especial a afro-descendente. Contudo, percebemos que esta e demais culturas foram postas em segundo plano durante processo de formação de uma identidade coletiva, que elegeu como representante a cultura açoriana.

Ciente dessa realidade e dos pressupostos teóricos acima mencionados o Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória vem desenvolvendo desde fevereiro de 2006, atividades de Educação Patrimonial no distrito. Em um primeiro momento, através do convênio com o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas – CEPA– UNISC, foram realizadas pesquisas arqueológicas no interior da Igreja Matriz. A seguir, foram promovidas visitas guiadas as escavações com o objetivo de aproximar comunidade e patrimônio. Durante as visitas, a comunidade teve a oportunidade de conhecer as etapas de uma pesquisa arqueológica, bem como reconhecer a importância da cultura material para o resgate e conservação de sua memória.

Posteriormente foram realizadas oficinas de reconhecimento e valorização do patrimônio com os professores da rede pública de ensino, onde foram abordados temas referentes à identificação, valorização e preservação dos patrimônios. O objetivo dessas oficinas é proporcionar aos professores a base teórica necessária para que eles possam inserir esses conhecimentos em sua prática pedagógica, atingindo assim os educandos que incorporam esses valores a sua bagagem moral em construção, e posteriormente os transmitem a comunidade em geral. Dessa forma, os professores e, em um segundo momento, os educandos tornam-se multiplicadores desse ideal, garantindo em certa medida certa medida, a continuidade da transmissão desses valores a comunidade.

Foram realizadas também, entrevistas com os moradores da região buscando resgatar a memória do distrito e, por conseguinte, seu patrimônio imaterial. Durante as entrevistas

percebemos que a tentativa recente de resgate e manutenção da cultura açoriana trouxe a tona o passado segregacionista do distrito, bem como a existência de uma memória paralela à tida como oficial.

As entrevistas que tinham como objetivo primeiro, resgatar aspectos das festas religiosas, folclore, costumes, enfim o patrimônio imaterial, acabaram por nos mostrar muito acerca da história do distrito esclarecendo em muitos pontos as relações de poder e de exclusão. Através dos relatos, soubemos da existência de um lugar chamado “Aldeia dos Negros”. Nesse lugar à margem do centro do distrito viviam famílias afro-descendentes, que mantiveram e ainda mantêm, mesmo que de forma implícita uma cultura paralela à açoriana, dominante e edificada no centro do distrito.

Ainda durante as entrevistas soubemos que essa aldeia mantinha em seu passado áureo “clube” e capela próprios, e que mesmo nas festas municipais, como a festa do padroeiro, negros e brancos festejavam em salões diferentes.

Os costumes, as festas, os ritos, enfim, o patrimônio imaterial desses aldeões foi sendo subjugado ao longo dos anos. A aldeia que em princípio era um símbolo de resistência cultural, um “gueto”, se desfez enquanto comunidade organizada, no entanto, manteve-se na memória daqueles que lá viveram ou ainda vivem e mantêm em seu cotidiano familiar aspectos daquela cultura rica e resistente.

Cientes de que

O Patrimônio é uma construção social coletiva, pertence a todos e todos os cidadãos devem ter o direito e o dever de preservá-lo, como possibilidade de resgate de sua identidade social (dentro de sua comunidade de origem) e individual (frente a frente no espelho de sua alma). (GARBINATTO,1979:p.45)

Entendemos que a Educação Patrimonial pode e deve agir em prol a inclusão e justiça social através do patrimônio e que este deve ser o elemento propulsor do desenvolvimento regional equilibrado, promovendo o desenvolvimento de toda a sociedade e não apenas de um grupo ou etnia. Dessa forma, o trabalho desenvolvido pelo NEP, visa valorizar e preservar tanto a cultura açoriana que muito contribuiu para a formação sociocultural do distrito, como as demais culturas, entre elas a afro-descendente.

Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 61 a 70, jan./jun. 2009

REFERÊNCIAS

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. In. Ciências & Letras Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras nº 31, jan/jun 2002. Porto Alegre: FAPA, 2002. p. 15-29.

GARBINATTO, Valeska. Ensino de História e Patrimônio histórico: pontes para a construção da memória e da cidadania. IN. Ciências e Letras. Porto Alegre, 1979.

GRUNBERG, Evelina. Educação Patrimonial – Utilização dos Bens Culturais como Recursos Educacionais. In: Museologia social. Porto Alegre: EU/Secretaria Municipal de Cultura, 2000. p. 95-110

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação como o patrimônio cultural e preservação. In. Cadernos Museológicos. Rio de Janeiro, n.3, 1990, p.7-12.

HAIGERT, Cynthia Gindri; POSSEL, Vanessa Rodrigues; SOARES, André Luis R. Educação Patrimonial: História como uma forma de Preservação. In: Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História, 4., 1999, Ijuí. Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1999. p. 459-466

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: vértice, 1990. (original publicado em 1950). p. 34- 143

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Fundamentos da educação patrimonial. In. Ciências & Letras Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras nº 27, jan/jun 2000. Porto Alegre: FAPA, 2000. p. 25-35

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.p.6 - 9.

[Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 61 a 70, jan./jun. 2009](#)

ITAQUI, José. Educação Patrimonial: a Experiência da Quarta Colônia. Santa Maria: Pallotti, 1998.p.17

LEMOS, Carlos. O que é patrimônio histórico. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.29.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. Educação Patrimonial: Orientações para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed., 2004.p.10.

MARTINS. Ecomuseu. TEIXEIRA COELHO. Dicionário crítico de política cultural, 1999.p.27

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. IN: Estudos Históricos, São Paulo: Ed.: Revista dos tribunais. 1992. .p.2

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: Estudos Históricos, São Paulo: Ed.: Revista dos tribunais. 1989. p. 5-10-4

SANTOS, Maria Célia Teixeira M. A preservação da memória enquanto instrumento da cidadania. Cadernos de Museologia nº 3. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994. p.78

SOARES, André Luís Ramos (Org.).Educação Patrimonial: Relatos e Experiências. Santa Maria: UFSM, 2003.p.24.